



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO DE "INFRAESTRUTURAS DE ELETRICIDADE E TELECOMUNICAÇÕES - AMPLIAÇÃO DO PARQUE EMPRESARIAL DE MOGUEIRAS" ADJUDICADO À SOCIEDADE COMERCIAL JOÃO CERQUEIRA PEREIRA, LDA", DE PONTE DA BARCA (PO 238/2017)-----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **29 de agosto de 2017**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, Chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, concelho de Arcos de Valdevez, residente no lugar de Aldeia, Couto, deste concelho, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de **presidente da referida Câmara Municipal, em representação do Município de Arcos de Valdevez**, pessoa coletiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e de harmonia com o despacho do Presidente da Câmara, de 11 de agosto de 2017, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respetiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

João Cerqueira Pereira, casado, natural da freguesia de Oleiros, residente no lugar de Paço, freguesia de Paço Vedro de Magalhães, ambas do concelho de Ponte da Barca, que outorga na qualidade de **sócio-gerente**, em representação da sociedade por quotas, que usa a firma "**JOÃO CERQUEIRA PEREIRA, LDA.**", com sede na Rua de Agrelas, Loja 7, Ponte da Barca, registada na Conservatória do Registo Comercial de Ponte da Barca, sob o número único de matrícula e identificação de pessoa coletiva **505 292 386** com o capital social de € 50.000,00, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o presente contrato que se regula pelas seguintes Cláusulas: -----

----- Primeira -----

O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por Despacho da Presidência da Câmara Municipal de **11 de agosto de 2017**, adjudicou, por Ajuste Direto, nos termos dos artigos 20º, nº 1, alínea a), e 124º, e seguintes, do Código dos Contratos Públicos,

aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, doravante designado por CCP, à representada do segundo outorgante, a empreitada de **“INFRAESTRUTURAS DE ELETRICIDADE E TELECOMUNICAÇÕES - AMPLIAÇÃO DO PARQUE EMPRESARIAL DE MOGUEIRAS”**. -----

Pelo referido Despacho foi aprovada ainda a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos. -----

----- **Segunda** -----

O preço contratual é de **€ 20.364,85 (vinte mil trezentos e sessenta e quatro euros e oitenta e cinco cêntimos)**, a que acresce o Imposto de Valor Acrescentado, à taxa de 6%, da importância de € 1.221,89 (mil duzentos e vinte e um euros e oitenta e nove cêntimos). -----

----- **Terceira** -----

A empreitada tem por objecto os trabalhos constantes da respectiva lista contratual de preços unitários, os quais serão iniciados no primeiro dia útil a seguir ao da data da consignação, e concluídos no prazo de **90 dias**, incluindo sábados, domingos e feriados, a contar dessa mesma data. -----

----- **Quarta** -----


A consignação da obra deverá estar concluída no prazo de **30 dias úteis** após a assinatura deste contrato. -----

----- **Quinta** -----

A medição dos trabalhos executados far-se-á mensalmente, de acordo com o estipulado no artigo 388º do CCP, sendo os respectivos pagamentos efetuados no prazo de 60 dias, de acordo com o artigo 299º, nº 4, do mesmo Código, e no artigo 14º do Caderno de Encargos que integra o presente contrato. -----

----- **Sexta** -----

O prazo de garantia da obra, durante o qual a representada do segundo outorgante está obrigada a corrigir todos os defeitos da mesma, é o definido no nº 2 do artigo 397º do CCP e no



artigo 59º do Caderno de Encargos. _____

----- **Sétima** -----

1 - Ao incumprimento do contrato são aplicáveis as regras dos artigos 325º e seguintes do CCP. _____

2 - No caso de incumprimento dos prazos contratuais pela adjudicatária são aplicáveis as multas por violação dos prazos contratuais previstas no artigo 27º do Caderno de Encargos. --

----- **Oitava** -----

As revisões de preços são reguladas pelas disposições do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro, sendo efectuadas segundo a fórmula fixada no caderno de encargos que integra este contrato – **F 20 – Instalações elétricas.** _____

----- **Nona** -----

O encargo total deste contrato é o do valor da adjudicação, acrescido das revisões de preços legalmente exigíveis, e do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, sendo a classificação orçamental respetiva, do ano corrente, a seguinte, na qual tem cabimento adequado: _____

Classificação orgânica – Capítulo **02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. _____

Classificação económica - **Agrupamento 07** – Aquisição de Bens de Investimento; **Subagrupamento 01** – Investimentos; **Rubrica 04** – Construções diversas; e **Alínea 01** – Viadutos, arruamentos e obras complementares. _____

Classificação Funcional – **32104.** _____

----- **Décima** -----

É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. _____

----- **Décima Primeira** -----

O presente contrato não está sujeito a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições

2

Décima Segunda

1 – Fazem parte integrante deste contrato: _____

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; ----

b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos; -----

c) O caderno de encargos; _____

d) A proposta adjudicada. _____

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. _____

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. _____

----- **Décima Terceira** -----

Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. _____

----- Décima Quarta -----

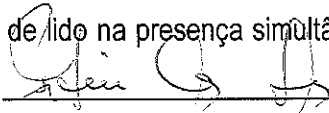
O segundo outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato nos termos exarados, _____

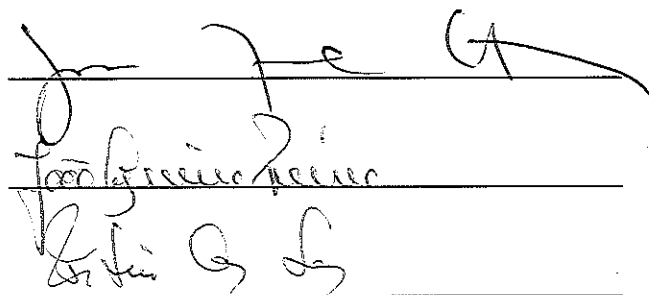
Décima Quinta

Que se obriga a realizar todos os trabalhos dentro das boas normas de execução e nos termos da respetiva proposta e do caderno de encargos, cumprindo todas as instruções que para esse fim lhe forem transmitidas pelos Serviços da dita Câmara Municipal. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos, que ficam arquivados com o presente contrato: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira e

Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **28-08-2017**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Ponte da Barca, em **28-08-2017**, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Alvará de construção nº **51414-PUB**, válido por tempo indeterminado; d) Certidão Permanente, com o código de acesso 0463-2211-4508, obtida via Internet, subscrita em 04-07-2008, e válida até **28-10-2017**, respeitante à matrícula da sociedade, pela qual verifiquei a qualidade e suficiência de poderes do segundo outorgante para intervir neste ato; e) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; f) Declaração ANEXO II, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar se lavrou o presente contrato que vai ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto.



Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **137/029/2017**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **52 /2017**